



**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO DA COMISSÃO EUROPEIA
COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS E O PARLAMENTO EUROPEU SOBRE A REFORMA DA POLÍTICA COMUM
DE PESCAS**

(COMISSÃO EUROPEIA, BRUXELAS, 19 DE OUTUBRO DE 2011)

Delegação da AR :

- Deputada Ana Catarina Mendes (PS), Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus

Apoio Técnico:

- Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR em Bruxelas

A Comissária Europeia responsável pelas Pescas e Política Marítima, Maria Damanaki¹, organizou uma reunião com os Parlamentos nacionais (PN) e com o Parlamento Europeu (PE) sobre a reforma da Política Comum de Pescas (PCP)², de modo a promover uma troca de impressões sobre a proposta da Comissão³ e as várias posições já assumidas.

Para tal, a Comissária apresentou os principais traços da proposta da Comissão, através de um *powerpoint* que se anexa a este relatório. Nesta intervenção inicial, destacou três elementos: a sustentabilidade, a eficiência e a coerência. Em termos mais concretos, a Comissária abordou os seguintes aspectos:

- Rendimento máximo sustentável (MSY⁴) até 2015: do ponto de vista da Comissão, significa que a actividade pesqueira pode continuar, através da gestão de cada stock de peixe de modo a poder obter a máxima produção, mas assegurando a sua sustentabilidade. Assim sendo, através desta reforma da PCP, o esforço para atingir o MSY até 2015 torna-se juridicamente obrigatório;
- Sobre a sustentabilidade, a Comissão afirma que é importante evitar o desperdício. Neste contexto, a Comissária mencionou que as rejeições representam cerca de 60% das capturas de algumas espécies. Assim sendo, o que a Comissão propõe é a proibição total das rejeições, desembarcando todas as capturas e contabilizando-as no quadro das quotas;
- No que diz respeito à sobrepesca, a Comissão considera prioritário o investimento na aquicultura.

Após esta introdução feita pela Comissária, seguiu-se uma série de intervenções dos vários Deputados presentes na reunião, num formato de mesa redonda. Os pontos essenciais das intervenções dos vários Deputados foram os seguintes:

¹ http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/damanaki/index_en.htm

² Comunicado de imprensa da Comissão Europeia disponível em http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/damanaki/headlines/press-releases/2011/10/20111019-2_en.htm

³ Dossier completo disponível em http://ec.europa.eu/fisheries/reform/index_pt.htm

⁴ Acrónimo em língua inglesa para *Maximum Sustainable Yield*.

- Reino Unido (RU), Câmara dos Comuns: a proposta da Comissão foi bem acolhida. Num contexto em que o consumo de peixe está em alta, foram manifestadas preocupações com as rejeições, tendo sido referido o exemplo de um projecto-piloto no RU em que, através de técnicas de pesca selectiva, foi possível obter cerca de 50% de redução nas descargas. Por outro lado, e no que diz respeito às quotas, considerou que a melhoria da fundamentação científica é essencial para o futuro deste mecanismo;

- Suécia (SE): considerando positiva a dimensão ambiental da proposta da Comissão, foram manifestadas preocupações com o facto de $\frac{3}{4}$ dos stocks estarem em sobre-exploração, bem como com as descargas, de modo a evitar o desperdício. Por outro lado, referiu-se o papel essencial dos Conselhos Científicos e, ainda, a necessidade de que os Acordos de Parceria incluam uma vertente de condicionalidade relacionada com o respeito pelos direitos humanos;

- Espanha (ES): foi referido que a dimensão ambiental tem um peso exacerbado na proposta da Comissão, em detrimento da componente social e económica. A este respeito, acrescentou-se que o sector das pescas gera muito emprego, especialmente em regiões que não podem ter outro tipo de actividade económica. Por outro lado, e no tocante à regionalização e aos planos de recuperação plurianuais, os regulamentos devem ser claros quanto à repartição de competências. Por fim, e no que concerne ao financiamento, é difícil estar a negociar o envelope financeiro da PCP em paralelo com o Quadro Financeiro Plurianual, pois ambos estão intimamente ligados;

- Lituânia (LT): começou por reforçar a noção de sustentabilidade e, neste quadro, a importância da aquicultura. Foi manifestado apoio à posição da Comissão quanto à proibição das descargas, mas tal deve ser feito de forma faseada. No que diz respeito aos acordos de parceria, devem ser dadas aos Estados-Membros mais possibilidades de controlo da sua implementação;

- Itália (IT), Câmara dos Deputados: notou que há sensibilidades diferentes, entre os vários Estados-Membros, no sector das pescas. Sobre os direitos de pesca transferíveis (TFQ), aludiu aos bons exemplos de sistemas desta natureza em vigor em alguns Estados-Membros, citados pela Comissão, referindo porém que deve ser levado em consideração que a pesca é significativamente diferente quando se trata do Mediterrâneo, do Báltico ou do Mar do Norte. Por outro lado, e concordando com a referência feita pelo Deputado das Cortes Espanholas, nas regiões onde a pesca é a única actividade económica, deve haver uma abordagem diferenciada;

- Alemanha (DE): referiu-se, entre outros aspectos, à importância dos conselhos consultivos regionais, cujos pareceres deverão ser considerados na elaboração dos Regulamentos;

- França (FR, Assembleia nacional): começou por referir que, para o objectivo de atingir o MSY em 2015, é muito importante que a evidência científica possa ser sólida. Relativamente aos direitos de pesca transferíveis, alertou para o perigo da concentração da capacidade de pesca nas grandes frotas e as consequências que tal pode ter nos pequenos pescadores. No que diz respeito às rejeições, manifestou-se favorável à sua total eliminação e afirmou que este problema resulta de uma política de quotas mal pensada. Por fim, considerou que os apoios às renovações das frotas devem ser mais específicos, promovendo barcos novos e mais eficientes;

- Chipre (CY): afirmou que as rejeições devem ser eliminadas, mas num regime progressivo. Por outro lado, sublinhou o impacto social da PCP, apelando a que, no período 2014-2020, haja um apoio específico à pesca tradicional;

- Polónia (PL): fez notar apenas que a dimensão sócio-económica deve estar no cerne desta política;

- Portugal (PT, Assembleia da República): a signatária usou da palavra para sublinhar a importância da realização destas reuniões, onde é possível não só partilhar o trabalho que é desenvolvido a nível nacional, como também obter informação relevante sobre as posições de outros Parlamentos. Sobre a proposta, foi dada nota do **Parecer** aprovado pela Comissão de Assuntos Europeus da AR, da autoria do Deputado António Serrano (PS), que se anexa a este relatório. Em seguida, foram identificados os principais aspectos suscitados na pronúncia da AR, a saber:

- a proposta da Comissão sobrevaloriza a dimensão ambiental da PCP. Como tal, é importante garantir um equilíbrio entre as três dimensões da PCP, a ambiental, a económica e a social;

- deverá ser garantida uma política estrutural de apoio à modernização da frota e à redução do esforço de pesca, bem como um regime mais favorável para a pequena pesca costeira;

- é de saudar a manutenção da reserva de acesso às 12 milhas náuticas para as frotas nacionais de cada Estado-membro, bem como o regime específico para as Regiões Ultraperiféricas. Porém, deverão ser mantidos os fundamentos que, nomeadamente através dos açores, têm sido desenvolvidos para a extensão da Reserva de acesso até às 200 milhas;

- sobre o MSY em 2015, deve afirmar-se que não é possível atingir este objectivo em todas as espécies, em grande parte pela inexistência de dados científicos consistentes para a maioria das pescarias;

- no que diz respeito aos Direitos de Pesca Transmissíveis, deverá ser assegurado um período transitório, devendo a sua aplicação iniciar-se pelo segmento da pesca do largo e da pesca industrial;

- quanto às rejeições, é fundamental sistematizar os dados sobre as pescarias e ensaiar métodos de avaliação do esforço de pesca adequados a uma aproximação multi-específica na gestão das pescas. Neste sentido, é necessário ponderar o facto dos níveis de exploração compatíveis com a pesca sustentável ao nível do MSY serão necessariamente diferentes para as várias espécies, pelo que será necessário encontrar os equilíbrios e compromissos adequados. Uma Política de interdição de rejeições exige um conjunto de medidas para a valorização e o aproveitamento das espécies capturadas e o estabelecimento de circuitos de escoamento de pescado, que não tem condições para ser comercializado. Este tema deve ser debatido com profundidade, apostando numa aproximação gradual e casuística nesta matéria;

- por fim, e no que respeita aos acordos de parceria, a dimensão externa da PCP garantir uma opção satisfatória de acesso a quotas de pesca subexploradas.

Em síntese, a proposta da Comissão é uma oportunidade para reforçar a sustentabilidade económica, social e ambiental da actividade das Pescas em todo o espaço Europeu. Porém, não são propostos mecanismos suficientes que funcionem como amortecedores para o sector, podendo gerar dificuldades acrescidas nas pequenas e médias empresas e no sector da pesca artesanal. O Parlamento português continuará a acompanhar o desenvolvimento da negociação sobre esta matéria.



- Irlanda (IE): destacou apenas que as decisões tomadas em matéria de MSY e rejeições devem ser assentes numa base científica sólida;
- Bélgica (BE): assinalou que a sustentabilidade poderá ser melhor alcançada através de programas plurianuais, em vez de quotas anuais;
- Parlamento Europeu (PE): a Presidente da Comissão de Pescas do PE começou por anunciar a realização de uma reunião interparlamentar de Comissões, a 28 de Fevereiro de 2012, em Bruxelas. No tocante à proposta, referiu que deve ser assegurado um equilíbrio entre as três vertentes (ambiental, económica e social) e que, no tocante ao MSY, deve ser concedida alguma flexibilidade, pois será difícil conseguir obtê-lo para todas as espécies até 2015;
- Luxemburgo (LU): referiu a importância da informação ao público, designadamente no que diz respeito à rotulagem dos produtos.

Na resposta a todas estas intervenções, a Comissária Damanaki considerou que o maior desafio é adaptar uma Política que, sendo comum, corresponda às especificidades de cada Estado-Membro. Recordando que as Pescas são uma competência exclusiva da UE, notou que é necessária uma abordagem que contemple uma margem de flexibilidade e não imponha um modelo único para todos os casos. Em termos de calendário negocial, afirmou que é necessário agora aguardar pela publicação das restantes propostas pela Comissão, de modo a ter uma visão de conjunto desta reforma. Neste contexto, seria de grande utilidade agendar uma nova ronda de debates e consultas com os Parlamentos nacionais e com o PE durante o primeiro semestre de 2012.

Sobre as questões concretas, reconheceu o desequilíbrio entre os três pilares da política, aspecto que será abordado nas negociações. Referiu ainda que o desmantelamento das frotas não poderá continuar, pois as recomendações do Tribunal de Contas da UE são muito claras a este propósito. Por outro lado, reconheceu a necessidade de medidas positivas específicas para os sectores de pesca artesanal em Estados-Membros como PT, IE, CY e Lituânia. Sobre o MSY, concordou que deve ser implementada uma abordagem gradual. Reconhecendo que há falta de dados científicos sólidos e adequados, notou, porém, que os Estados-Membros não deverão reter dados para adiar o MSY. Por fim, e sobre as rejeições, reiterou que esta prática deve ser eliminada, ainda que de forma gradual.

Em seguida, deu por encerrados os trabalhos.

**A Deputada,
Ana Catarina Mendes**

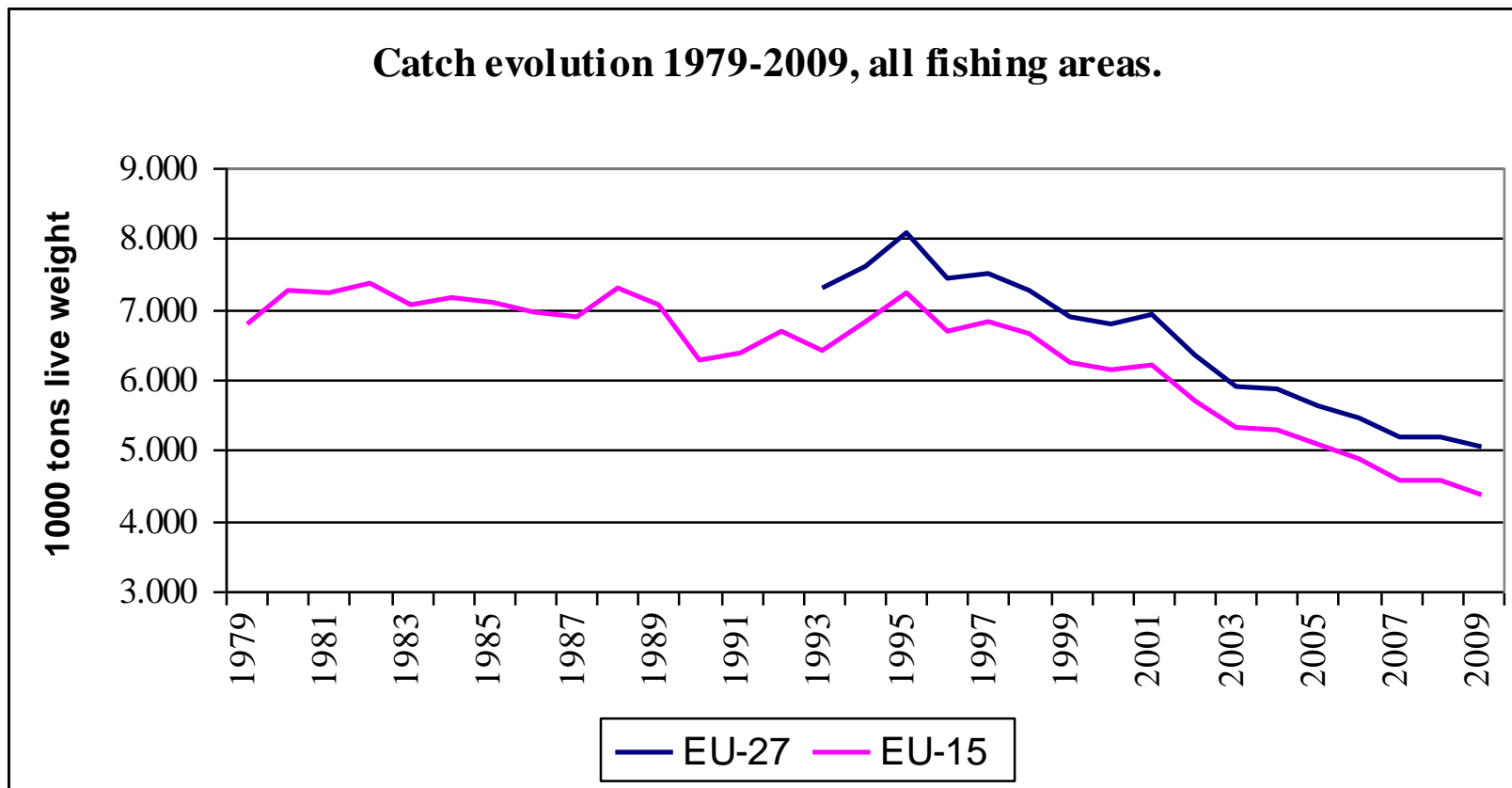


Reform of the Common Fisheries Policy

Exchange of views with national parliaments

Brussels, 19 October 2011

Continued decrease in catches . . .



Source: Eurostat

If we don't act now

- Only 8 out of 136 stocks healthy by 2022
- Economic disaster for our fishing industry
- Especially for small scale fishermen, because they cannot easily move to other waters

If we don't act now

- Job losses in catching and processing
- Job losses in transport and port infrastructure
- Job losses in retail
- Negative knock-on effect on coastal regions

My vision for the future:

Sustainability as a whole

- Environmental Sustainability by MSY and phasing out discards
- Social Sustainability, as MSY and discard ban build up fish stocks
- Best way to increase fishermen's income
- Investment into future

Regionalisation – decisions at the right level

- Parliament and Council decide on long term plans and framework technical measures
- Fishing industry and MS set detailed rules (mesh sizes, area closures etc.)
- RACs involved
- More direct powers to national parliaments

Regionalisation – empowering the fishing industry

- Empower fishing industry to bring their know how
- Support to market their products
- Support to enhance negotiating position
- New EMFF will deliver

How?

- MSY 2015
- discards ban
- Both instruments absolute must



First: MSY 2015 - it can be done

- Johannesburg 2002
- MS and fishermen have already delivered in direction of MSY
- Baltic Sea cod, Bay of Biscay anchovy, Celtic Sea cod, sole in the channel, Northern hake, etc.

First: MSY 2015 - it can be done

- Difficult times with reduced quotas/closures
- After a few years harsh times were over
- Quotas increased
- Fishermen's income increased
- July 2011: fishermen in France and Spain fish anchovy again
- 2010: fishermen in Baltic Sea fish more eastern cod and more increase for 2012

First: MSY 2015 - it can be done

- We have done it in a number of fisheries
- This is way to increase fishermen's income
- This is way to keep jobs in fishing industry
- This is way to keep jobs in ports and processing

Impact assessment - World Bank Study

- “The sunken billions” study
- We loose 50 billion \$ worldwide
- Rebuilding stock can generate extra **2,7 billion \$** for fishing industry
- Our modelling: sustainable stocks lead to **17% more catches, profit margins 3 times higher, return on investments 6 times higher**

This achieves social sustainability

Second: Discard Ban

- Stop waste
- It's possible: initiatives by fishermen across Europe
- Discarding morally and environmentally unacceptable
- If we don't take decision, consumers will take it for us
- Phase out discards gradually, step by step
- Accompany with better gear selectivity
- Accompany with proper support for industry

Second: Discard Ban

- Regionalization: industry and MS set measures avoiding unwanted catches
- What is hauled up, is landed
 - → undersized fish for fishmeal
 - → oversized fish for human consumption
 - → fishermen keep profits from sales

Second: Discard Ban

- Invite fishing industry to work with us
- Making discard ban reality
- Over time less pressure on stocks
- Over time bigger fish
- Better market prices
- More profits to industry

This achieves social sustainability

What in the meantime?

Financing the transition

- Common Market Organisation
- EMFF – European Maritime and Fisheries Fund
 - both supporting innovation, sustainability and smart growth

What in the meantime?

Financing the transition

- Storage aid to implement discard ban
- Financial support for participating in trials
- Financial gain of over quota fish
- Financial support for fishermen collecting data
- Financial support for training and professional qualifications

What in the meantime?

Financing the transition

- Financial support for diversification
- Financial support for social dialogue, networking, exchanging best practices
- Financial support for spouses/life partners of self employed fishermen for setting up own business
- Financial support for marketing initiatives

What in the meantime?

Financing the transition

- Financial support for POs and other associations of fishermen
- Safety measures, improving working conditions and hygiene for small scale vessels
- Higher public co funding for small scale vessels
- Financial support for aquaculture

Transferable Fishing Concessions - TFCs

- In 3 MS fleets decreased by 30% with TFCs in a few years
- In 15 years CFP has **not** achieved this
- We set targets
- Taxpayers paid EUR 1 billion between 2000 and 2006 to scrap vessels → **Result? Increase in fishing capacity of 3% per year**

Transferable Fishing Concessions - TFCs

- Report card from Court of Auditors
- Court criticises how we spent taxpayers' money on fleets
- Court says **not** efficient and has **not** delivered results
- This is why we proposed TFCs
- We need to be careful
- But cannot continue scrapping aid

Conclusions

- Aquaculture, regionalization, external policy vital for reform
- Every element designed to better manage fish stocks
- Designed to preserve income for fishing communities
- Some countries ahead of us with modern sustainable policies
- We cannot afford to be left behind
- Europe deserves sustainable fisheries and more stable jobs

Thank you !

